

AMBIENTES SOCIOCULTURAIS E ÉTNICOS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL BRASILEIRA

*Maria Aparecida Nascimento de Almeida
Rosângela Neres Araújo da Silva*

Universidade Estadual da Paraíba - ci.di.nhampb@hotmail.com; rosei2@yahoo.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os resultados das atividades propostas, no estágio docência para obtenção do título de mestre em Teoria da Literatura pelo PPGLI (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade) da UEPB. Na oportunidade, sob a orientação da Professora Doutora Rosângela Neres Araújo da Silva, propusemos um minicurso intitulado “Ambientes socioculturais e étnicos da literatura infantojuvenil brasileira”, pautando-nos, primordialmente, na Lei 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desse modo, refletimos acerca dos valores civilizatórios afro-brasileiros a partir do projeto A Cor da Cultura, e evidenciamos, através das obras “**Bruna e a galinha d’angola**” (Gercilga de Almeida), “**Amanhecer Esmeralda**” (Ferréz) e “**Do outro lado tem segredos**” (Ana Maria Machado), as contribuições da cosmovisão africana para a constituição da cultura brasileira, notabilizando como as políticas de ações afirmativas e a intervenção do FNDE podem contribuir com a desconstrução de estereótipos e preconceitos por meio da Literatura.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Literatura Infantojuvenil. Estágio docência.

INTRODUÇÃO

As atividades voltadas ao estágio docência, com vistas à obtenção do título de Mestra em Teoria da Literatura pelo PPGLI (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade) foram realizadas na turma 2013.2 do Curso de Letras, no Campus III da UEPB, localizado na cidade de Guarabira, sob a orientação da Professora Doutora Rosângela Neres Araújo da Silva, docente responsável, no período 2015.2, pela disciplina Literatura Infantil e Juvenil.

Realizado de março a maio de 2016, o estágio perdurou por aproximadamente 30 horas-aula, ou seja, metade da disciplina, tendo em vista que a cada encontro dispúnhamos de 4 horas – aula. Na oportunidade pudemos constatar como a interação entre docentes e discentes propiciam o desenvolvimento de um trabalho

profícuo. Acolhida gentilmente pela professora e pela turma, dispus-me a colaborar com o processo de construção do conhecimento participando das discussões acerca dos conteúdos programáticos e apresentando, sempre que possível, textos pertinentes ao debate.

Ao longo dos encontros refletimos acerca dos contos de fadas, tradição oral, produção nacional, formação do leitor, narrativa para crianças, literatura e educação, temas conduzidos com a perspicácia e profissionalismo da supracitada professora. Respaldaram teoricamente os estudos, Lídia Cademartori, Nelly Novais Coelho, Rubem Alves, Marisa Lajolo, Regina Zilberman, Antonieta Antunes Cunha, Pedro Bandeira dentre outros autores.

Objetivando reconhecer a “Literatura Infantil e Juvenil como um dinâmico processo de produção/recepção e agente de transformação”, partimos de conceitos e características da vertente de escrita criativa voltada ao público leitor infantil, percorrendo as entrelinhas das narrativas literárias de diversos gêneros (texto teatral, poético e histórias em quadrinhos), observando o contexto histórico, ideológico, psicológico e sociológico nos quais as obras estudadas foram produzidas.

1 LEI 10.639/03 E LITERATURA: REFLETIR E AGIR

Após o período de observação, participação e interação, o estágio culminou no Minicurso, por mim ministrado, intitulado Ambientes Socioculturais e Étnicos da Literatura Infantojuvenil, o qual teve como propósito: abordar a Lei 10.639/03, evidenciando a necessidade de sua implementação no cotidiano escolar; apresentar os valores civilizatórios afro-brasileiros, relacionando-os com os elementos das narrativas (**Bruna e a galinha d’angola, Amanhecer esmeralda e Do outro lado tem segredos**), assim como ressaltar que as questões culturais, étnico-raciais e sociais podem ser abordadas a partir da literatura.

Realizado no dia 11 de maio, o minicurso foi iniciado com uma dinâmica voltada a percepção do preconceito presente em nossa sociedade, a fim de propiciar reflexões no que toca a persistência da desigualdade social ocasionada, primordialmente, por questões étnico-raciais no Brasil. Desta forma consideramos pertinente pautar nossas considerações iniciais nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois tal documento, permitiu-nos conhecer a Lei 10.639/03, a qual alterou o Artigo 26-A da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passou a vigorar com a seguinte redação,



Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, [...], resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2009, p. 35)

Este documento também possibilita, por meio da apresentação do MEC, a confirmação da hipótese de indissociabilidade entre as questões étnico-raciais e sociais em nosso país, uma vez que proporciona o conhecimento do contexto histórico que negou ou dificultou o acesso dos negros a educação, de forma que a compreensão de tais questões evidenciam a necessidade de criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade) e da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), o que justifica a intervenção do Governo Federal no que toca as políticas de ações afirmativas, as quais visam sanar desigualdades e oferecer iguais oportunidades de desenvolvimento educacional para população negra e não negra.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais foram analisadas, sobretudo, no sentido de verificar se o que a Lei 10.639/03 dispõe no papel, concretiza-se na prática. De maneira que as determinações voltadas a inclusão curricular de conteúdos referentes a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram basilares para análise das obras literárias selecionadas para nortear as discussões.

Porém, considerando essencial um conhecimento acerca da cosmovisão africana, a fim de constatar se as obras em análise atendem ao disposto na Lei 10.639/03, apresentamos, em um segundo momento os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, por meio do material que compõe o kit do Projeto A Cor da Cultura, fruto de uma parceria entre o MEC, Petrobras, CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), Canal Futura, Fundação Palmares, TV Globo e a SEPPIR (Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial). Tal projeto educativo teve início em 2004 e objetiva a valorização da cultura afro-brasileira.

Após as explanações seguimos o minicurso apresentando as três obras literárias a serem trabalhadas, as quais foram elencadas a partir de um triplo critério: adequar-se a uma das fases evidenciadas por Maria Antonieta Antunes Cunha, no que se refere ao

desenvolvimento do leitor na infância e adolescência;
compor a seleção distribuída as escolas públicas pelo

FNDE e tratar de temáticas referentes a pluralidade cultural e desigualdade racial.

Assim, **Bruna e a galinha d'angola**, de Gercilga de Almeida e **Do outro lado tem segredos**, de Ana Maria Machado, foram selecionadas por atender as três premissas, enquanto **Amanhecer Esmeralda**, do escritor paulista Ferréz o fora pela temática abordada que denota como as tensas relações culturais e raciais culminam na problemática social da discriminação e por adequar-se a classificação de Antonieta Antunes Cunha (2003, p. 100), a qual propõe três fases no desenvolvimento da criança, enquanto leitor: a fase do mito (3/4 e 7/8 anos), o conhecimento da realidade (7/8 a 11/12 anos) e a do pensamento racional (de 11/12 anos até a adolescência).

As narrativas de Gercilga de Almeida e Ana Maria Machado permitiram constatar o empenho do Ministério da Educação no que toca a oferta de obras literárias adequadas para o trato da diversidade, pois conforme disposto na Lei 10.639/03 ficam, primordialmente, as disciplinas: Arte, História e Literatura incumbidas de incluir na grade curricular conteúdos que visem contribuir com a valorização das culturas: Africana e Afro-Brasileira. Porém salientamos que os docentes das demais disciplinas devem incluir temáticas que dialoguem com o disposto na referida lei de forma interdisciplinar.

Através da adaptação audiovisual da obra **Bruna e a galinha d'angola**, exibida, verificamos o enaltecimento da tradição oral, da memória e dos antepassados, através da avó de Bruna personagem que representa os *griots*, definidos por Leila Leite Hernandez (2008, p. 30) como “[...] trovadores, menestréis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde a rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre”. Com relação a esse grupo responsável por transmitir a tradição de geração em geração, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-Racial e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana dispõem que “[...]. Serão abordados temas relativos aos *griots* como guardiões da memória histórica [...]”. (BRASIL, 2009, p. 21-22), por meio dos quais valoriza-se a oralidade, marca da cultura de raiz africana que deve ser abordada ao lado da leitura e escrita. (BRASIL, 2009, p. 20).

Saliente-se que a supracitada narrativa se adéqua a fase do mito, segundo Maria Antonieta Antunes Cunha (2003, p. 100), na qual encontram-se “[...] crianças de 3/4 e 7/8 anos. Predomina nelas a fantasia, o animismo: tanto quanto as pessoas, os objetos têm para as crianças alma, reações.” Do mitológico, partimos ao ambiente contemporâneo das metrópoles guiados por Reginaldo Ferreira da Silva (Ferréz), escritor que no prefácio da obra



Amanhecer Esmeralda evidencia o vínculo real-ficcional ao afirmar:

[...] Foi assim que escrevi *Amanhecer Esmeralda*, imaginando um caminho de esperança e de vitória para crianças que convivem na margem da grande cidade, para crianças da periferia. A realidade que muitas crianças vivem nesse Brasil, uma realidade de quem só quer um amanhã com alguma esperança, alguém que quer olhar no espelho e ver um rosto e por trás do rosto ver uma história não de escravidão, mas acima de tudo ver uma grande cultura, uma história de honra e glória. (FERRÉZ, 2005, n. p.)

A situação socioeconômica dos habitantes das regiões periféricas é consequência do desestruturado processo de abolição da escravatura no Brasil, quando se pensou em liberdade sem que fosse garantida a dignidade. Sem apoio os ex-escravos não conseguiram se inserir completamente em uma sociedade que se queria branca; relegados a margem estes sofrem as consequências de um determinismo racial e geográfico: negro, pobre e residente em áreas de vulnerabilidade social.

Ferréz propõe romper com essa lógica preconceituosa por meio da personagem Manhã, a qual precisa enfrentar diariamente o alcoolismo do pai, a fome e o racismo, porém tem a vida modificada a partir da atenção e respeito de um professor, o qual apresenta-lhe uma possibilidade de futuro diferente a partir da educação e autoafirmação identitária. Segundo Ferréz (2005, n. p.) as crianças, que vivem em situação similar à da protagonista, sentem-se desaminadas, mas,

[...] quando lerem a história da pequena Manhã, vão sentir que o vestido que o professor Marcão deu a ela, não foi um vestido, ele lhe deu a esperança. Quando Dona Hermelina lhe conta sobre o seu povo, é como se fosse um resgate histórico, a vida de quem foi oprimido, de quem construiu um país inteiro e nunca pôde usufruir nada dele [...].

A transformação da filha em uma “princesa africana” incentiva o pai a mudar os hábitos e a cuidar do pequeno “barraco” como de um “castelo”, digno de receber a bela personagem. A mensagem de esperança transmitida pela voz narrativa incentiva a luta contra as adversidades sociais, evidenciando ser a autoestima um caminho para enfrentar o preconceito e ressaltando que as dificuldades devem ser transformadas em possibilidades.

No que toca a classificação proposta por Maria Antonieta Antunes Cunha (2003, p. 100), a narrativa do escritor paulista adequa-se a segunda fase (7/8 a 11/12 anos), a qual “[...]”

se caracteriza pelo *conhecimento da realidade*. A criança tem então maior necessidade de ação: do plano contemplativo da fase anterior, passa ao executivo. ”

2 CONHECENDO OS SEGREDOS DO OUTRO LADO DO OCEANO

A última obra que nos propusemos a abordar, por ocasião do minicurso, é considerada a primeira novela infantojuvenil brasileira com personagens negras. Trata-se da narrativa **do outro lado tem segredos** de Ana Maria Machado. Segundo a autora este livro constituiu-se da tentativa de responder a dúvidas do presente através de descobertas sobre o passado, nessa perspectiva o enredo apresenta-nos o caminho percorrido por Bino até a descoberta do que há do outro lado do Oceano Atlântico. Nesta busca pelo conhecimento o protagonista recebe a ajuda das pessoas idosas da comunidade, as quais ainda preservavam as raízes africanas na forma de falar, religiosidade e manifestações culturais; tais personagens recorrem a mais “épica de todas as faculdades humanas”, a memória, a fim de satisfazer os anseios de Bino.

A escritora confessa, “Ao escrever este livro, parti de lembranças muito concretas da minha infância no litoral do Espírito Santo. E também da observação de pessoas e coisas que continuavam existindo por lá naquele momento. Vários dos personagens existem de verdade”. (MACHADO, 2003, p. 07). A temática afrodescendente é tratada para além das características físicas das personagens, os hábitos são evocados no sentido de valorizar a cultura de um povo que atravessou, forçadamente, o Atlântico, mas aqui instalado contribuiu, de forma significativa, com a formação da nação brasileira.

Para responder aos questionamentos de Bino a voz narrativa vale-se da tradição oral, a qual é de tal importância em África a ponto de haver um transmissor específico da memória cultural na comunidade, os *griots*, também conhecidos como guardiões da palavra falada, estes não se limitam a narrar histórias, versam sobre inúmeros assuntos, uma vez que possuem um vasto conhecimento.

Em **Do outro lado tem segredos** quem desempenha a função de perpetuar a memória coletiva africana é a Vó Olindina; sempre espontânea a personagem reserva-se quando questionada acerca dos africanos que desembarcaram no Brasil, pois as lembranças são dolorosas, porém ao longo da narrativa a avó de Bino revela o sofrimento ocasionado pela escravidão.

Saliente-se, a obra literária em questão não prioriza o sofrimento imposto aos africanos em solo brasileiro, ao contrário projeta de forma

valorativa os costumes que trouxeram de suas terras. A Congada é remontada no sentido de apresentar a Bino suas raízes culturais e religiosas, essa manifestação teatral de origem *bantu* aparece em forma de cortejo onde os participantes dançando e cantando homenageiam de forma especial São Benedito.

No que toca as contribuições dessa obra de Ana Maria Machado a educação para as relações étnico-raciais, evidenciamos sua pertinência ao debate da diversidade, tendo em vista que as diretrizes orientam, “O ensino da Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras.” (BRASIL, 2009, p. 22)

O protagonista empolga-se com a oportunidade de homenagear o Santo que representa o povo negro do qual herdara o nome,

Muito animado para sua festa? – Eu, heim? – Que festa? Ué, a festa de São Benedito... Está chegando o dia, vai dizer que esqueceu? Bino tinha esquecido mesmo. Mas agora já estava entrando na animação de Maria e dos outros. – Vai ter procissão e quermesse, aquelas barraquinhas todas, com prenda, rifa, muita música. – Vamos fazer puxada de mastro e a bandeira de São Benedito vai ficar bem fincada em frente a capela. – E vai ter Congada... Congada que beleza! Todo ano, quando tinha festa com Congada, Bino ficava no maior assanhamento, junto com Tião, os dois vendo, cantando, prestando atenção a tudo. [...] E iam ficar vendo a coroação do rei congo, todo enfeitado, com roupas lindas, coberto de jóias. E os embaixadores e os guerreiros em volta deles. Rei congo, rei lindo... Também era o único rei que Bino já tinha visto. Será que os reis lá do outro lado também eram assim? Melhor perguntar: [...]. (MACHADO, 2003, p. 37)

Esta também era a oportunidade propícia para elucidar algumas dúvidas sobre o rei cativo arrancado de sua terra e trazido para o Brasil do qual ouvira falar, a presença desse rei em nosso país inquietava Bino “[...]. Quem sabe ele não tem algum filho, neto ou bisneto por aí, esperando ser descoberto para ser rei de novo? Quem sabe até se não era mesmo um moleque bem assim como ele, Bino?” (MACHADO, 2003, p. 38)

A voz narrativa valendo-se da expectativa de Bino acerca do rei negro que se tornou herói deste lado do oceano, apresenta a trajetória de Zumbi, enfatizando a importância de abordagem dos conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira para autoafirmação identitária no âmbito escolar:



[...] Se a África era como a mãe, esse tal de Zâmbia devia ser como o pai. A música acabava e ele atrás de Tião: - Quem é Zâmbia? [...] – Foi um rei da gente, há muito tempo. – Na África? – Não, aqui. – Aqui teve rei? Rei não era só do lado de lá? Aqui não era só cativo? [...] Olha para falar a verdade, eu não sei essas coisas muito bem. Não ensinaram muito direito lá na escola. [...] - Eu sei é que tinha um Zumbi que era rei e veio para o lado de cá, preso, cativo. Depois o filho dele fugiu. Levou muita gente junto. Fizeram um quilombo, reino de preto que não era mais cativo. Lutaram muitos e muitos anos para conseguir não ser cativo de novo. Os filhos tiveram filhos. O rei chamava sempre Zumbi ou um nome parecido. Até que os bandeirantes acabaram com tudo. Mas era um reino grande, cheio de gente, com muita terra. (MACHADO, 2003, p. 57)

Esse excerto evidencia a importância de ser ofertado no currículo escolar conhecimentos que propiciem aos afrodescentes se expressarem com propriedade com relação a sua raça e etnia. Em sua caminhada, Bino também contou com o auxílio do irmão mais velho que repassou a ele as informações adquiridas na escola a respeito de seus antepassados, porém a personagem faz a observação de que não compreendeu bem, o que permite inferir os profissionais da educação além de inserir em suas práticas temáticas referentes a história africana e afro-brasileira, devem refletir acerca da abordagem para que as intervenções docentes possam estimular a formação de valores e hábitos que respeitem as diferenças, pois a educação é primordial para transformação social.

O público juvenil tende a se identificar com o protagonista, por vivência, segundo Maria Antonieta Antunes Cunha (2003, p. 100), a terceira fase enquanto leitor, a do *pensamento racional* (de 11/12 anos até a adolescência) esta “[...] caracteriza-se por uma fase egocêntrica, mas diferente do que ocorre a partir dos 3 anos, por ter caráter social. Preocupa-se consigo, mas em sua relação com os *outros*”. Pois à medida que desvenda sua história, Bino é instigado a conhecer a luta e cultura do seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Minicurso Ambientes Socioculturais e Étnicos da Literatura Infantojuvenil propiciou diálogos entre crítica, textos literários e legislação vigente, no que toca as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Finalizando a explanação apresentamos um

panorama da Literatura Infantojuvenil distribuída pelo
FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação), pois era uma constante, ao longo do estágio, a observações acerca do custo dos livros no Brasil e da inexistência de um hábito, por parte da população brasileira, de adquiri-los para leitura por fruição.

Desta forma enfatizamos que nos últimos anos as obras literárias estiveram à disposição dos docentes, ofertadas, gratuitamente, pelo Ministério da Educação. Além desta possibilidade de aquisição do material, ressaltamos as contribuições do Projeto a Cor da Cultura para implementação da Lei 10.639/03. Por ocasião do Minicurso foi realizada uma pesquisa no acervo literário disponibilizado pelo FNDE para escolas públicas, oportunidade na qual constatamos que entram em cena, além das produções que visam atender ao disposto na Lei 10.639/03, Clássicos da literatura em quadrinhos e produções de renomados autores voltadas ao público infantojuvenil; assim como voltam à cena adaptação de contos de fadas tradicionais e com personagens negras, bem como clássicos da literatura universal.

Por fim, para produção textual propomos, a partir do Book trailer e da obra **1 Real** de Federico Delicado Gallego, a transposição das narrativas imagéticas: *Ele* (equipe 1), *Ela* (equipe 2) e *Juntos* (equipe 3), para o âmbito da escrita ficcional de acordo com as seguintes instruções: substituir os títulos das narrativas, nomear as personagens; ambientar as narrativas, empregar o tempo cronológico, empreender discurso indireto (foco narrativo em 3ª pessoa) e abordar no enredo temáticas como convivência, pluralidade cultural, desigualdade social, solidão, família, fantasia e realidade.

As produções dos graduandos evidenciaram que este momento de intervenção propiciou reflexões significativas no que toca a pauta da educação para as relações étnico-raciais, pois os textos produzidos abordaram questões polêmicas de acordo com o disposto nas diretrizes, constituindo-se como material propício para atuação em sala de aula. O estágio possibilitou, também, observações e ponderações sobre a docência, oportunidade na qual ratificamos a importância da associação entre teoria e prática para o processo de construção do conhecimento e da adequação dos conteúdos a realidade vivenciada pelos educandos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. **Bruna e a galinha D'Angola**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.



VI ENLIJE

Literatura e outras artes: reflexões, interfaces e diálogos com o ensino.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, 2009.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2003.

FERRÉZ. **Amanhecer esmeralda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GALLEGO, Federico Delicado. **1 Real**. São Paulo: Edições Jogo de Amarelinha, 2013.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MACHADO, Ana Maria. **Do outro lado tem segredos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

(83) 3322.3222

contato@enlije.com.br

www.enlije.com.br